

Reed veio ao Brasil para

domingo, 6/8/89 □ 1º caderno □ 29

tentar evitar moratória

Miriam Leitão

A situação econômica brasileira poderá ficar muito pior caso o país escolha o caminho do não-pagamento dos juros aos bancos privados em setembro. Para evitar uma nova moratória brasileira este é o fantasma que o presidente mundial do Citibank, John Reed, agitará na sua visita ao Brasil, que, oficialmente, começa amanhã com o seu desembarque em Brasília para conversas com o ministro Maílson da Nóbrega e o presidente José Sarney. Ele circula pelo país desde quinta-feira em conversa com empresários paulistas.

O raciocínio do principal credor brasileiro é de que desta vez os bancos privados podem retaliar suspendendo as linhas de crédito comercial, caso o Brasil fique inadimplente no pagamento dos juros da dívida de médio prazo. Durante a moratória de 87, houve um encurtamento destas linhas que financiam o comércio exterior brasileiro. Os bancos também aumentaram o spread, mas apenas 10% dos créditos foram suspensos. A situação agora seria pior, ainda que o Citibank, na condição de maior credor e de bússola nas relações dos banqueiros com o Brasil, não pense em suspender estas linhas. Só que ele acredita que outros farão.

Reed tentará passar a idéia de que é melhor o país desembarcar no próximo governo com menos reservas e melhores relações com a comunidade financeira internacional do que o contrário. "Não bastará ao próximo governo ter apoio interno, se assumir em meio a uma crise", explica uma fonte ligada a uma instituição credora, lembrando que ao governo Menem não falta credibilidade interna e mesmo assim não está conseguindo diálogo com o FMI e com os bancos internacionais. "Não há o que conversar."

Diálogo — O interessante da visita do presidente mundial do banco que coordena o bloco dos credores nas negociações com o Brasil é que ele terá, tanto no almoço de terça-feira com o ministro Maílson da Nóbrega, quanto na conversa com o presidente José Sarney, interlocutores dispostos a concordar com seus argumentos. Efetivamente o Brasil quer tudo, menos briga com os credores. Mas isso não significa que esteja afastada do horizonte a moratória de setembro. Ao contrário, a disposição



Reed: boas relações

continua sendo a de não pagar, mas manter o diálogo. Desconhece-se a estratégia que o governo vai montar para conseguir este feito aparentemente inalcançável, pois o que se quer é exatamente "não pagar, mas de braços dados com os bancos", como resumiu uma alta fonte do governo.

O raciocínio das autoridades brasileiras é de que o novo presidente que assumir, seja ele quem for, terá que fazer um duro plano de estabilização tão logo chegue ao Palácio do Planalto. "É melhor ser impopular no começo, para ser popular depois", ensina uma alta fonte governamental. Esse plano só daria certo se o governo tiver um razoável colchão de reservas internacionais. "Todo plano de estabilização provoca uma temporária queda das exportações e o aumento das importações", explica um economista do governo. A alternativa a esse colchão de reservas seria o financiamento externo, hipótese com a qual não se pode contar. "É determinação deste governo deixar para o próximo o mesmo nível de reservas que recebeu", garante uma fonte oficial. Isso equivale a deixar em caixa US\$ 7,5 bilhões. Atualmente o nível é de US\$ 6,5 bilhões, mas a conta de setembro é de US\$ 2,3 bilhões.

Antídoto — Para tentar neutralizar esta visão do governo brasileiro de que é preciso preservar as reservas a qualquer custo, o argumento dos credores será o de que a Argentina também não pagou e mesmo assim perdeu as reservas, através da fuga de capitais provocada pela falta de confiança no país.

Reed, que teve um encontro com empresários paulistas, é sedutor o suficiente para abalar convicções dos in-

terlocutores quando se dispõe a falar sobre as vantagens do bom comportamento brasileiro. Seria possível, por exemplo, um acordo de transição com os bancos credores e com o FMI que permitisse chegar sem traumas a março de 90. Ele poderá exibir os sinais de que pessoalmente tem se envolvido para que o Brasil tenha mais compreensão dos credores. Um destes sinais é a carta que enviou ao secretário do Tesouro Nicholas Brady pedindo especificamente que o governo americano intervenga junto ao FMI em favor de mais flexibilidade ao tratar o caso brasileiro.

Essas histórias serão bem recebidas até porque o empenho pessoal do presidente do Citibank é que resgatou as negociações mexicanas de um impasse. E os detalhes dessa articulação são conhecidos do governo brasileiro. A questão é que o acordo mexicano está debaixo de um tiroteio de críticas. O jornal inglês *Financial Times* publicou na sua edição de sexta-feira que tudo o que o México vai conseguir de redução de juros será magro US\$ 1,2 bilhão por ano.

Conjuntura — Mas até para esse argumento Reed está preparado. Em conversas privadas ele reconhece que apenas no quarto ano do acordo o México terá um abatimento substancial no serviço da dívida. A explicação para isso foi o receio dos bancos de que as concessões feitas ao México tivessem que necessariamente ser estendidas a outros devedores. Até o fato de o Brasil ser dos últimos países a ter direito ao Plano Brady será apresentado pelo chairman do Citibank como favorável, porque permitirá ao país usufruir regras flexibilizadas ao longo de outras negociações.

Reed vem ao Brasil num momento em que a preocupação com a conjuntura econômica e política brasileira diminuiu na perspectiva dos credores. Resta a reprovação ao déficit público previsto, da ordem de 5 a 6% do PIB, mas nas conversas com interlocutores no Brasil representantes dos bancos credores passaram a ouvir menos nas últimas semanas sobre a possibilidade de uma hiperinflação. E até politicamente a situação parece agora mais favorável da ótica dos credores. "Há um ano era evidente o risco de radicalização nas eleições, com as opções Brizola ou Lula. Agora a sociedade brasileira parece ter ido para o centro", analisa um representante de um banco credor.